



# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XI Nº 230

Brasília, terça-feira, 17 de dezembro de 2002

## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

### MESA DIRETORA

**Presidente:** Gim Argello (PMDB)  
**Vice-Presidente:** Edimar Pireneus (PTB)  
**1º Secretário:** Maria José Maninha (PT)  
**Suplente:** Paulo Tadeu (PT)  
**2º Secretário:** Carlos Xavier (PSD)  
**Suplente:** Anicéia Machado (PSDB)  
**3º Secretário:** João de Deus (PPB)  
**Suplente:** Alirio Neto (PPS)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
José Rajão (PMDB) (Presidente)	Daniel Marques (PMDB)
Lúcia Carvalho (PT) (Vice-Presidente)	Chico Floresta (PT)
Odilon Aires (PMDB)	Edimar Pireneus (PTB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	João de Deus (PPB)
Wilson Lima (PSD)	Anicéia Machado (PSDB)

### COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Titulares	Suplentes
César Lacerda (PTB) (Presidente)	Benício Tavares (PTB)
Maria José Maninha (PT) (Vice-Presidente)	Paulo Tadeu (PT)
Nijed Zakhour (PMDB)	José Edmar (PMDB)
Eurides Brito (PMDB)	Odilon Aires (PMDB)
João de Deus (PPB)	Rodrigo Rollemberg (PSB)

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Titulares	Suplentes
Nijed Zakhour (PMDB) (Presidente)	Edimar Pireneus (PTB)
Tático (PSD) (Vice-Presidente)	José Edmar (PMDB)
Paulo Tadeu (PT)	Wasny de Roure (PT)
Agrício Braga (PFL)	Daniel Marques (PMDB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	Alirio Neto (PPS)

### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titulares	Suplentes
Benício Tavares (PTB) (Presidente)	César Lacerda (PTB)
Maria José Maninha (PT) (Vice-Presidente)	Lúcia Carvalho (PT)
Aginaldo de Jesus (PFL)	Anicéia Machado (PSDB)
Alirio Neto (PPS)	Rodrigo Rollemberg (PSB)
Edimar Pireneus (PTB)	Eurides Brito (PMDB)

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Titulares	Suplentes
Wasny de Roure (PT) (Presidente)	Lúcia Carvalho (PT)
Alirio Neto (PPS) (Vice-Presidente)	Rodrigo Rollemberg (PSB)
Agrício Braga (PFL)	Odilon Aires (PMDB)
Carlos Xavier (PSD)	Benício Tavares (PTB)
Eurides Brito (PMDB)	Nijed Zakhour (PMDB)

### COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Titulares	Suplentes
José Edmar (PMDB) (Presidente)	José Rajão (PMDB)
Chico Floresta (PT) (Vice-Presidente)	Wasny de Roure (PT)
Odilon Aires (PMDB)	Tático (PSD)
Anicéia Machado (PSDB)	Aginaldo de Jesus (PFL)
Alirio Neto (PPS)	Rodrigo Rollemberg (PSB)

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Titulares	Suplentes
Lúcia Carvalho (PT) (Presidente)	Maria José Maninha (PT)
Alirio Neto (PPS) (Vice-Presidente)	Rodrigo Rollemberg (PSB)
Daniel Marques (PMDB)	Tático (PSD)
Wilson Lima (PSD)	Carlos Xavier (PSD)
Anicéia Machado (PSDB)	Nijed Zakhour (PMDB)

### COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titulares	Suplentes
João de Deus (PPB) (Presidente)	Alirio Neto (PPS)
José Rajão (PMDB) (Vice-Presidente)	Eurides Brito (PMDB)
Jose Edmar (PMDB)	Odilon Aires (PMDB)
Aginaldo de Jesus (PFL)	Anicéia Machado (PSDB)
Wasny de Roure (PT)	Chico Floresta (PT)

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTAVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titulares	Suplentes
Chico Floresta (PT) (Presidente)	Maria José Maninha (PT)
Paulo Tadeu (PT) (Vice-Presidente)	Wasny de Roure (PT)
Edimar Pireneus (PTB)	Eurides Brito (PMDB)
Daniel Marques (PMDB)	Odilon Aires (PMDB)
Benício Tavares (PTB)	Carlos Xavier (PSD)

## Sumário

Redações Finais .....	1
Mesa Diretora .....	9
Atos Administrativos .....	9
Decisões TJDF .....	10
Extrato de Contrato .....	11

## Redações Finais

PROJETO DE LEI Nº 3.157, DE 2002

REDAÇÃO FINAL

**Altera e amplia os dispositivos da Lei 1.176 de 16 de julho de 1996.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.176, de 29 de julho de 1996, fica alterada na forma que se segue:

### LÔTERIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

#### Título I DA ORGANIZAÇÃO

#### CAPÍTULO I DA NATUREZA, SEDE, DURAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 2º A Loteria Social do Distrito Federal, criada pela Lei nº 1.176, de 29 de julho de 1996, é serviço público instituído no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento, regido pelo presente regulamento e legislação específica.

Art. 3º O Conselho de Administração da Loteria Social do Distrito Federal será assessorado pela Secretaria Executiva, encarregada de sistematizar, fiscalizar, supervisionar as atividades lotéricas, propor normas regulamentares e gerais de concessão ou permissão, podendo ainda contratar empresas públicas e privadas para este fim, com as seguintes finalidades, dentre outras:

- elaborar planos e programas;
- criar novas modalidades lotéricas;
- confeccionar editais necessários à execução, exploração e coordenação das atividades lotéricas e do programa de aplicação dos recursos da Loteria Social do Distrito

Federal, regulamentados por esta Lei.

**Parágrafo único.** Cabe ao Secretário Executivo da Loteria Social do Distrito Federal designar os dois membros e o Presidente do Grupo de Trabalho, encarregando-os da coordenação e fiscalização seguintes:

a) aplicar à concessionária as penalidades previstas na legislação, no caso de infração contratual;

b) receber e julgar as impugnações contra a aplicação de penalidades;

c) encaminhar ao Secretário Executivo da Loteria Social do Distrito Federal os recursos interpostos contra suas decisões;

d) fiscalizar os locais em que se realizarão os sorteios, zelando pela adequação, segurança, higiene e lotação.

**Art. 4º** A renda líquida captada pela Loteria Social do Distrito Federal será destinada ao Fundo de Solidariedade do Distrito Federal e aplicada da seguinte forma:

a) 50% (cinquenta por cento) nas ações voltadas ao atendimento dos portadores de deficiência;

b) 25% (vinte e cinco por cento) nas ações de atendimento da criança e do adolescente; e

c) 25% (vinte e cinco por cento) no atendimento aos idosos carentes.

**Art. 5º** Poderão ser explorados pela Loteria Social do Distrito Federal:

a) loteria convencional, com venda de bilhetes previamente numerados, cujo sorteio será efetivado em datas prefixadas para distribuição aos acertadores de prêmios previamente anunciados;

b) loteria instantânea, com venda de bilhetes previamente numerados e sorteados, adquiridos aleatoriamente pelo interessado, que proporcionem resultado imediato, para distribuição aos acertadores de prêmios previamente anunciados;

c) Loteria de Concurso, com a indicação pelo apostador, em bilhete próprios mediante pagamento, de determinados números, os quais serão submetidos a sorteio em horários e datas prefixadas, podendo os prêmios aos acertadores serem bancados ou distribuídos mediante rateio de parte do montante arrecadado, com a captação das apostas sendo feitas por terminal;

d) sorteio numérico, com distribuição aos apostadores de prêmios em bens duráveis ou em espécie, tendo como base os resultados da loteria convencional;

e) concurso de prognóstico de determinados números, símbolos ou figuras, que serão submetidos a sorteio instantâneo por meio de um gerador aleatório, acionado pelo apostador,

contido num terminal eletrônico de vídeo, proporcionando a visualização aos acertadores do valor fixo e/ou cumulativo, previamente anunciados;

f) loteria mista, com venda de bilhetes que reúnam características de duas ou mais modalidades.

**Parágrafo único.** Todas as modalidades lotéricas serão objeto de regulamentação constante de Plano Lotérico devidamente aprovado.

**Art. 6º** Na conformidade do disposto no art. 4º da Lei nº 1.176, de 29 de julho de 1996, ora regulamentada, poderão, também, ser exploradas pela Loteria Social do Distrito Federal:

a) Loteria Permanente;

b) Loteria Automatizada;

c) Loteria Eletrônica.

**Art. 7º** Entende-se por Loteria Permanente a realização de concursos, cuja característica principal é a extração por meio de sorteio de números de 0 (zero) em diante;

§ 1º A extração do sorteio dar-se-á sem o contato humano, efetuada através de máquinas eletrônicas e/ou eletromecânicas de extração e/ou sucção, detentoras de recipientes transparentes de armazenamento dos números, os quais possibilitarão ao apostador a constatação imediata da idoneidade do *modus operandi* do processo de extração.

§ 2º O resultado de cada número sorteado será exposto imediatamente após sua extração, para todos os apostadores, em painel eletrônico, telão e/ou circuito fechado de transmissão e, ainda, anunciado por sistema de alto-falantes de forma que todos os apostadores possam ouvir e ver claramente a conferência do resultado da extração.

§ 3º Em cada concurso a ser realizado serão vendidas cartelas nas quais estarão estampados os números com os quais seus compradores, ou seja, apostadores concorrerão.

§ 4º A cada concurso realizado será destinada premiação ao(s) apostador(es) que tiver(em) preenchido, ao mesmo tempo, no caso de mais de um ganhador, antes dos demais, uma linha horizontal de números sorteados de sua(s) cartela(s), a(s) qual(is) deverá(ão) estar válida(s) para o concurso em curso.

§ 5º Em cada concurso realizado serão destinadas premiações ao(s) apostador(es) que tiver(em) preenchido antes dos demais ou ao mesmo tempo, no caso de mais de um ganhador, por completo, a(s) cartelas válida(s) para o concurso em curso.

§ 6º Cada premiação (linha ou cartela cheia) poderá ter um ou mais ganhador, quando um ou mais apostadores baterem a linha e/ou cartela ao mesmo tempo; neste caso, a premiação será dividida igualmente entre os ganhadores.

§ 7º Do valor arrecadado com as vendas das cartelas estará a Administradora de Loteria Permanente obrigada por esta Lei a garantir ao(s) apostador(es) ganhador(es) o pagamento da premiação total, ou seja, linha mais cartela cheia o percentual mínimo de 70% (setenta) por cento da fêria arrecadada em cada concurso realizado, podendo, caso não haja ganhador, acumular o valor destinado à premiação ao próximo concurso e assim sucessivamente até o surgimento de ao menos um ganhador.

§ 8º Os concursos deverão ser promovidos



## DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Presidência

**Coordenador:** Randal Martins Junqueira

**Editora Executiva:** Nelci Maria Stein - Reg.Prof. 147/02/62 - MTB-DF

**Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Redação: 348-8412 - 348-8963

SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília-DF

www.cl.df.gov.br

por pessoas jurídicas de denominação Administradora de Loteria Permanente.

#### DO CREDENCIAMENTO DA LOTERIA PERMANENTE

Art. 8º Entende-se por empresa Administradora de Loteria Permanente a pessoa jurídica de direito privado que tenha por objeto social, principal ou acessório, a atividade de prestação de serviços de implantação, exploração e administração das modalidades de Loteria Permanente, Loteria Eletrônica e/ou Loteria Automatizada.

Art. 9º Por credenciamento entende-se o ato pelo qual a LOTERIA SOCIAL - DF confere à pessoa jurídica de direito privado o direito de explorar as modalidades lotéricas previstas no art. 4º da Lei nº 1.176, de 29 de julho de 1996.

Art. 10. As entidades de administração deverão cadastrar-se na Loteria Social do DF, apresentando os documentos referidos nos incisos I a VIII do art. 11 desta Lei.

Art. 11. O pedido de credenciamento somente será exigido das empresas Administradoras de Loteria Permanente, o qual será dirigido à LOTERIA SOCIAL e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - comprovante do pagamento da importância de 116 UPCs, em se tratando de Loteria Permanente;

II - cópia autenticada do contrato social e demais alterações, ou de seu estatuto societário com a respectiva Ata de Eleição da Diretoria em exercício, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

VI - comprovante de inscrição no Cadastro Fiscal do DF - CF/DF.

V - cópia do alvará de localização e funcionamento;

VI - comprovação de regularidade junto à Receita Federal, Seguridade Social, FGTS, Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;

VII - certidões dos Cartórios de Distribuição do Distrito Federal, em matéria cível, inclusive falência e concordata, bem como em matéria criminal dos seus sócios, pessoas físicas, seus diretores e/ou gerentes por delegação inclusive, se for o caso, das pessoas físicas que integrem o quadro societário de sua controladora ou coligada;

VIII - a Administradora de Loteria Permanente, pessoa jurídica com fins lucrativos, prova de capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Toda e qualquer alteração no contrato social ou no estatuto societário do agente credenciado que implique ingresso ou retirada de sócios ou modificação no seu quadro diretivo deverá ser comunicada à LOTERIA SOCIAL - DF, acompanhada das respectivas certidões dos Cartórios de Distribuição, nos termos do inciso VII deste artigo.

§ 2º - A LOTERIA SOCIAL - DF poderá, a qualquer momento, promover ou solicitar diligências no sentido de apurar as correções

de dados contidos em certidões e informações apresentadas.

#### LIMITAÇÕES DO CREDENCIAMENTO

Art. 12. O credenciamento não implica a outorga do direito de funcionamento, o qual dependerá de prévia autorização, nos termos desta Lei, salvo por omissão dos órgãos ou agentes públicos.

Art. 13. O credenciamento será válido por 36 (trinta e seis) meses, contados da data do respectivo deferimento e será representado por um certificado expedido pela LOTERIA SOCIAL - DF.

Art. 14. Será exigido da Operadora de Loteria Eletrônica o devido registro junto à LOTERIA SOCIAL do DISTRITO FEDERAL.

Art. 15. Não é permitida a uma mesma pessoa jurídica a acumulação de credenciamento e registro de Administradora de Loteria Permanente com o cadastramento de fornecedora e/ou Operadora de terminais de Loteria Eletrônica e vice-versa, não havendo, entretanto, qualquer impedimento de ambas as empresas trabalharem conjuntamente.

#### AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 16. As autorizações para funcionamento de Loteria Permanente e da Loteria Eletrônica só serão concedidas a agentes credenciados da Loteria Permanente regularmente autorizados que estejam com suas obrigações em dia para com a LOTERIA SOCIAL - DF, sendo precedidas de exame e vistoria do local.

Art. 17. Caberá ao agente credenciado submeter à prévia análise da LOTERIA SOCIAL - DF cópia detalhada do projeto pretendido a executar, especificando o local de instalação, suas dimensões e capacidade, com mínimo de 200 (duzentos) lugares sentados, bem como os equipamentos a serem utilizados, salvo os estabelecimentos já em funcionamento, de modo a demonstrar o atendimento aos requisitos dos art. 12 ao 14 desta Lei.

§ 1º Fica obrigado o agente público da Loteria Social do Distrito Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, a proferir decisão referente aos processos de credenciamento ou registro solicitados; no silêncio, será considerado omissão de sua parte.

§ 2º A LOTERIA SOCIAL - DF, considerando o local de instalação, saturação da área e a rede de agentes credenciados, pronunciar-se-á sobre o projeto proposto, podendo exigir que seja modificado, objetivando a melhor eficiência do local; caso não sejam atendidas as exigências por parte da Loteria Social, a última não estará obrigada a fornecer o credenciamento necessário.

§ 3º Na hipótese do requerimento de autorização de funcionamento também abranger a modalidade de Loteria Eletrônica, deverá o agente credenciado enviar à LOTERIA SOCIAL - DF, quando do pedido de vistoria, a relação completa dos terminais eletrônicos, especificando sua quantidade, modelos, fabricantes e número de série, identificando, por terminal, seu respectivo fornecedor.

§ 4º Não poderão existir duas Loterias

Permanentes e Loterias Eletrônicas num raio de 2.000 (dois mil) metros de distância, a não ser que tenham a mesma denominação social, exceto os estabelecimentos já em funcionamento.

§ 5º Concluída a vistoria e aprovado o local, deverá o agente credenciado comprovar à LOTERIA SOCIAL - DF, no prazo máximo de 10 dias úteis, o pagamento dos valores conforme tabelas abaixo, para que também, no prazo de 10 (dez) dias, seja-lhe outorgada pela Loteria Social a respectiva autorização de funcionamento, a qual será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal às suas expensas:

a) Loteria Permanente e/ou Automatizada: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

b) Loteria Permanente e Loteria Eletrônica: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 18. A autorização de funcionamento para terminais eletrônicos somente será concedida aos agentes credenciados que possuam autorização de funcionamento para a Loteria Permanente.

§ 1º A cessação do funcionamento da Loteria Permanente acarretará a revogação da autorização de funcionamento da Loteria Eletrônica.

§ 2º Os equipamentos utilizados para exploração da Loteria Eletrônica jamais poderão ser considerados de propriedade da Loteria Permanente, devendo, caso seja revogada a autorização da Loteria Permanente, ser devolvidos à sua origem e/ou à empresa operadora a que pertençam, salvo comprovação documental de propriedade por parte da Loteria Permanente.

Art. 19. Os números de terminais individuais eletrônicos não poderão, em qualquer situação, exceder o total de 2/3 (dois terços) das poltronas destinadas à Loteria Permanente.

Art. 20. As autorizações de funcionamento serão concedidas pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sendo possível sua renovação por igual período, mediante pagamento à LOTERIA SOCIAL - DF da importância devida até o 10º (décimo) dia útil do primeiro mês vencido, sob pena de cancelamento da referida autorização, além de cumprir os seguintes requisitos:

a) as casas em questão, ou seja, Loterias Permanentes, doravante credenciadas e autorizadas, deverão necessariamente manter entre si um raio de distância mínima de 2.000 (dois mil) metros, salvo se tiverem a mesma denominação social;

b) possuir como área de ocupação necessária o mínimo de 200 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados);

c) em suas instalações, deverão possuir banheiros femininos e masculinos, os quais terão, obrigatoriamente, cabines, sanitários e louças adaptados ao uso de deficientes físicos;

d) à Administradora de Loteria Permanente será facultada também a opção da exploração de terminais eletrônicos individuais e Loteria Automatizada;

e) cada casa de Loteria Permanente que optar pela exploração de terminais eletrônicos individuais deverá conter, no mínimo, 30 (trinta) terminais eletrônicos individuais;

f) o quadro de funcionários deverá ser composto de, no mínimo, 10% (dez) por cento de deficientes físicos, desde que haja mão-de-obra disponível no mercado, informação essa que

deverá ser fornecida por entidades sociais especializadas, podendo estas, inclusive, indicar funcionários capacitados ao cumprimento de tal exigência;

g) estará terminantemente proibido o acesso de menores de 18 anos às casas de Loteria Permanente e salas da Loteria Eletrônica, respeitado o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

#### DOS REQUISITOS TÉCNICOS OPERACIONAIS E DE CONTROLE DA LOTERIA PERMANENTE

Art. 21. O equipamento destinado ao sorteio e Loteria Permanente compõe-se de:

I - máquina extratora eletrônica; ou

II - máquina extratora (boleira), com as seguintes características:

a) sistema eletrônico de extração por meio de sucção (sem contato manual);

b) superfícies laterais visíveis ao apostador para o acompanhamento das esferas utilizadas no sorteio.

c) sistema eletrônico de transmissão das imagens das esferas no momento exato do sorteio;

III - mesa operadora contendo as seguintes características:

a) espaço reservado para o sistema de som, visando à locução das rodadas;

b) sistema computadorizado para gerenciamento das cartelas e impressão de atas ou quaisquer outros documentos referentes ao controle operacional das rodadas;

c) espaço reservado para o caixa.

IV - painéis informativos, distribuídos de forma a proporcionar aos apostadores boa visualização dos números sorteados, dotados das seguintes características:

a) painel informativo das dezenas a serem sorteadas;

b) painel informativo sobre a distribuição de prêmios e arrecadação de cada rodada, incluindo loteria acumulada;

Art. 22. As esferas utilizadas nos sorteios da Loteria Permanente deverão pertencer a um mesmo conjunto, com peso e diâmetro semelhantes e serão substituídas a cada dois mil sorteios.

Art. 23. Em caso de quebra ou inutilização de uma ou mais esferas, deverá ser substituído todo o conjunto de esferas utilizadas naquelas máquinas extradoras.

Art. 24. As máquinas extradoras (boleiras), utilizadas nos sorteios da Loteria Permanente, não poderão entrar em operação sem a prévia fiscalização da LOTERIA SOCIAL - DF, salvo as já em funcionamento.

*Parágrafo único.* Após o início da operação, a LOTERIA SOCIAL - DF procederá às verificações periódicas da idoneidade da operação dos equipamentos.

#### CARTELAS

Art. 25. Cabe à Auditoria Interna da LOTERIA SOCIAL - DF proceder, periodicamente, ao levantamento do estoque das cartelas, apresentando relatórios, com demonstrativo do fechamento das quantidades impressas, retiradas e em estoque.

### DOS TERMINAIS ELETRÔNICOS - REQUISITOS TÉCNICOS

Art. 26. Os terminais eletrônicos individuais utilizados na Loteria Eletrônica deverão atender aos seguintes requisitos técnicos:

I - utilizar gerador de números aleatórios, símbolos ou figuras, para determinar o resultado do jogo, passível de verificação teórica e empírica de sua idoneidade;

II - o gerador de números aleatórios, símbolos ou figuras deve ser totalmente imune a qualquer interferência externa, que altere as probabilidades do jogo;

III - ter a variação de números misturada, antes de cada jogo, pelo gerador de números aleatórios, símbolos ou figuras e congelados até o final da jogada, sem modificações;

IV - exibir a descrição das possíveis apostas, denominação, descrição das combinações ganhadoras possíveis, valor monetário, símbolos ou quantidades de créditos para cada combinação ganhadora;

V - operar de modo a assegurar que o apostador fique livre de qualquer risco físico, elétrico ou mecânico;

VI - conter identificação não removível, afixada pelo fabricante, do lado externo da máquina, com os seguintes dados:

- a) nome do fabricante;
- b) modelo;
- c) data de fabricação;
- d) número de série.

Art. 27. Os terminais eletrônicos individuais deverão conter medidores eletrônicos capazes de fornecer, a qualquer momento, relatórios contendo:

I - unidades de crédito apostadas;

II - unidades de crédito pagas como prêmio;

III - unidades de crédito retidas pelo terminal;

IV - unidades de crédito pagas manualmente como premiação;

V - quantidades de partidas jogadas.

Art. 28. Os terminais deverão conter medidores mecânicos capazes de fornecer, também, relatórios de totalização das seguintes informações:

I - total de unidades de crédito apostadas;

II - total de unidades de crédito pagas como prêmio;

III - total de unidades de crédito pagas como prêmio de pagamento manual.

Art. 29. Os medidores eletrônicos deverão ter a capacidade de manter corretamente os totais no mínimo de sete dígitos.

Art. 30. Os medidores eletrônicos devem preservar as informações exigíveis, pelo mínimo de 72 (setenta e duas) horas, na hipótese de desligamento ou pane do terminal, sendo que o terminal deverá ser capaz de completar a jogada e fazer os pagamentos devidos ao apostador em caso de interrupção de energia.

Art. 31. O terminal eletrônico individual deverá manter, no mínimo, as informações referentes às últimas 5 (cinco) jogadas.

Art. 32. Os medidores eletrônicos deverão estar preparados para funcionar sem a abertura da porta do terminal.

Art. 33. Cada terminal eletrônico individual deve ser imune a descargas eletrostáticas diretas e por ionização até 27.000 (vinte e sete mil) volts DC, mantendo intactas as informações nele armazenadas.

Art. 34. O programa de cada terminal eletrônico individual não pode ser alterado pelo próprio terminal.

Art. 35. Para efeito de fiscalização e melhor praticidade da inspeção, cada terminal eletrônico deverá exibir os seguintes dados contidos na RAM (memória de acesso aleatório):

I - listagem dos pagamentos, percentuais e determinação de probabilidades;

II - descrição dos métodos e critérios de testes, se realizados, bem como os resultados dos testes efetivados em relação a:

- a) emissão de frequência de rádio;
- b) gerador de números aleatórios, símbolos ou figuras;
- c) interferência eletromecânica;
- d) interferência de frequência de rádio;
- e) interferência de ruído A.C.;
- f) eletricidade estática;
- g) condições de temperatura máxima.

Art. 36. Ao sistema de segurança de cada terminal se exige:

I - sistema de detecção de abertura da porta inviolável;

II - indicação da aceitação do crédito;

III - que os pagamentos manuais sejam providos de sistema para chamar o operador (luzes ou som) e bloqueiem a inserção de créditos até o operador recompor o terminal eletrônico;

IV - que, no caso de acionamento do equipamento por fichas, sejam aceitas apenas e, tão-somente, aquelas aprovadas, bem como sejam rejeitadas todas as outras;

V - que os terminais não possuam qualquer chave ou outro mecanismo de manipulação que possa afetar a operação ou resultado do jogo;

VI - que os terminais possuam portas lacradas em três áreas separadas:

a) área 1, contendo a placa da UCP ou CPU (Unidade Central de Processamento) e softwares;

b) área 2, contendo dinheiro da premiação ou ticket impresso, ou equivalentes em fichas ou cartão magnético, quando houver.

c) área 3, contendo o dinheiro retido para o estabelecimento, ou equivalente em fichas ou cartão magnético.

### DA HOMOLOGAÇÃO DOS TERMINAIS ELETRÔNICOS INDIVIDUAIS

Art. 37. Os terminais eletrônicos individuais anteriormente homologados em qualquer parte do território nacional poderão se valer desta homologação para instalação e operação destes mesmos equipamentos no Distrito Federal, devendo, entretanto, em seu vencimento, ser solicitada a renovação da homologação perante a LOTERIA SOCIAL- DF.

Art. 38. Os novos pedidos de homologação dos terminais serão submetidos à LOTERIA SOCIAL - DF, que instituirá uma auditoria técnica, cujo laudo determinará a capacidade do equipamento em atender todos os aspectos técnico-operacionais expressos na presente Lei.

§ 1º A LOTERIA SOCIAL - DF deverá utilizar os recursos técnico-operacionais de Órgãos do

Governo do Distrito Federal para nomeação de empresa privada registrada em órgão público especializado ou, ainda, de profissionais técnicos especializados nacionais ou estrangeiros com material publicado sobre o assunto, de ilibada reputação e comprovada notoriedade pública no exercício deste mister, para proceder a exames técnicos dos terminais e respectivos softwares de jogos, com a finalidade de assegurar o seu funcionamento regular e adequado, fazendo-o no prazo máximo de 10 (dez) dias, arcando o interessado com os respectivos custos.

§ 2º O pedido de homologação a ser formulado pela empresa operadora de terminais eletrônicos de Loteria Eletrônica será instruído com:

- I - manual técnico-operativo do terminal;
- II - prova de propriedade ou posse legítima sobre o terminal submetido a exame;
- III - descrição do(s) jogo(s) a ser(em) processado(s) pelo terminal;
- IV - cópia da documentação de importação do terminal, se for o caso.

§ 3º O pedido de homologação de cada modelo de terminal eletrônico individual deverá ser precedido do pagamento à LOTERIA SOCIAL - DF de quantia correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para custeio de auditoria.

§ 4º Os interessados deverão instalar, nas dependências da LOTERIA SOCIAL - DF, ou onde esta venha a indicar, um exemplar do terminal, pelo período máximo de 30 (trinta) dias, para verificações práticas do respectivo funcionamento.

§ 5º O ato de homologação do terminal será publicado pela LOTERIA SOCIAL - DF, no Diário Oficial do Distrito Federal, às custas do interessado, se ainda não tiver sido homologado em outro local.

§ 6º Somente terá validade a homologação de terminal individual eletrônico para a empresa Operadora que a solicitou.

Art. 39. A qualquer tempo, poderá a LOTERIA SOCIAL - DF submeter a nova perícia qualquer terminal que esteja em funcionamento, de modo a aferir sua adequação aos termos da presente Lei, arcando o respectivo fornecedor com as despesas incidentes.

Art. 40. Nenhuma modificação e/ou alteração no hardware de modelo de terminal eletrônico, já homologado, poderá ser feita sem a prévia autorização formal da LOTERIA SOCIAL - DF, a qual poderá, para nova homologação, determinar perícia do terminal modificado e/ou alterado.

Art. 41. A introdução de novo software de jogo ou modificação daquele já homologado dependerá de prévia e formal autorização da LOTERIA SOCIAL - DF que, inclusive, para nova homologação, determinará a perícia pertinente.

**Parágrafo único.** O pedido de modificação de software já homologado ou a introdução de novo software serão instruídos com sua especificação e com a comprovação do recolhimento à LOTERIA SOCIAL - DF da quantia equivalente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

#### DO SELO DE CONTROLE

Art. 42. O selo de controle dos terminais da Loteria Eletrônica terá validade anual, com emissão pela LOTERIA SOCIAL - DF, e conterá as

seguintes informações:

- I - datas da respectiva emissão e validade;
- II - local onde o terminal for instalado;
- III - número seqüencial;
- IV - identificação do fabricante;
- V - modelo.

**Parágrafo único.** O pagamento anual para troca dos selos vencidos será feito sucessivamente 12 (doze) meses após o primeiro pagamento.

Art. 43. O requerimento do selo de controle, formulado pelo agente lotérico, deverá especificar:

- I - o local onde o terminal será instalado;
- II - quantidade de terminais, com o respectivo número de série;
- III - fabricante dos terminais;
- IV - modelos;

§ 1º O requerimento será instruído com o comprovante do recolhimento da taxa devida à LOTERIA SOCIAL - DF.

§ 2º Cumpridos os requisitos, a LOTERIA SOCIAL - DF responsabiliza-se pela entrega dos selos ao requerente no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Art. 44. É proibido o funcionamento de terminais sem selo mensal de controle da LOTERIA SOCIAL - DF ou com selo vencido, salvo por omissão dos agentes da LOTERIA SOCIAL - DF, ficando o infrator sujeito a:

- I - interdição do equipamento;
- II - suspensão das atividades;
- III - cassação de autorizações;
- IV - descredenciamento dos agentes.

Art. 45. As retiradas ou substituições de terminais eletrônicos individuais somente poderão ser realizadas mediante prévia comunicação à LOTERIA SOCIAL - DF, devendo ser apresentadas à mesma, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com o respectivo protocolo de entrega do selo de controle e o lacre dos referidos terminais.

#### LOCALIZAÇÃO DOS TERMINAIS

Art. 46. Os terminais de Loteria Eletrônica somente poderão ser instalados e operados em salas próprias anexadas ao estabelecimento onde se processe a Loteria Permanente, na proporção máxima de 2/3 (dois terços) dos lugares sentados do local onde funciona também a Loteria Permanente.

Art. 47. As salas onde forem instalados os terminais de Loteria Eletrônica destinar-se-ão, exclusivamente a esse tipo de modalidade, sendo admissível, no mesmo ambiente físico, somente atividades de bar e restaurante.

Art. 48. As salas onde forem instalados os terminais eletrônicos individuais de Loteria Eletrônica conterão, pelo menos, uma bilheteria exclusiva para a compra e troca de fichas, moedas e/ou cartões necessários ao funcionamento dos terminais eletrônicos individuais.

Art. 49. Os empregados das casas que estejam operando as Loterias Permanente e/ou Automatizada e Eletrônica, nas suas modalidades, deverão portar crachá e uniforme, de maneira a permitir sua identificação pela fiscalização da LOTERIA SOCIAL - DF ou de qualquer órgão público.

Art. 50. Entende-se por Loteria Eletrônica a realização de sorteio de números, símbolos, figuras e/ou estampas, cuja característica principal é ser processado por um terminal eletrônico individual, através de impulso eletrônico, munido de um sistema informatizado de Hardware e Software e CPU (Unidade Central de Processamento) e demais componentes, os quais terão obrigatoriamente uma programação de premiação de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) de sua arrecadação.

§ 1º O terminal poderá ser acionado por fichas, dinheiro, cartão magnético ou outros meios que permitam a conversão em moeda corrente.

§ 2º Após a realização de cada jogada, o terminal eletrônico informará imediatamente o resultado através das combinações sorteadas de números, símbolos, figuras e/ou estampas, expostas na parte frontal do terminal, bem com os créditos existentes em favor do apostador, podendo ainda anunciar o resultado através de sistemas de luzes ou som.

§ 3º Servirá como credenciamento da Loteria Automatizada o certificado de autorização da Loteria Permanente, podendo posteriormente, se necessário for, a Loteria Social baixar portarias e normas regulamentadoras.

#### DOS OPERADORES DE TERMINAIS ELETRÔNICOS INDIVIDUAIS DE LOTERIA ELETRÔNICA

Art. 51. Entende-se por Operadora de Terminais Eletrônicos Individuais:

a) pessoa jurídica de capital social mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a devida comprovação de origem dos recursos;

b) proprietária ou legítima possuidora de, no mínimo, 1.500 (um mil e quinhentos) terminais eletrônicos individuais de Loteria Eletrônica; que tenha como atividade principal ou assessoria o fornecimento às administradoras de Loterias Permanentes, salas de terminais eletrônicos individuais de Loteria Eletrônica;

c) operadora, locadora, cedente e exploradora de terminais eletrônicos individuais;

d) fornecedora de terminais eletrônicos individuais às Loterias Permanentes.

#### DO REGISTRO DAS OPERADORAS DE TERMINAIS ELETRÔNICOS INDIVIDUAIS DE LOTO ELETRÔNICA

Art. 52. Os fornecedores e operadores de terminais eletrônicos individuais de Loto Eletrônica deverão registrar-se na LOTERIA SOCIAL DF e cumprirem os seguintes requisitos:

a) apresentação do contrato social e suas alterações devidamente autenticadas e registradas em Cartório de Títulos e Documentos do Distrito Federal;

b) certidões dos Cartórios de Distribuição de Ações Federais e do Distrito Federal e, em matéria Civil, bem como em matéria criminal dos componentes do quadro societário;

c) ser proprietário de, no mínimo, 1.500 (um mil e quinhentos) terminais eletrônicos individuais, para os quais requisitará os selos de funcionamento;

d) para obter seu registro junto à Loteria Social do Distrito Federal, estará a empresa Operadora obrigada a cumprir os requisitos

desta Lei, sendo necessário, para tanto, requerer no mínimo 500 (quinhentos) selos para autorização de funcionamento de 500 (quinhentos) terminais eletrônicos individuais;

e) capital social mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

f) comprovação do pagamento de 58 (cinquenta e oito) UPCs à Loteria Social do DF, a ser recolhido mediante recibo emitido pela beneficiária.

#### DESTINAÇÃO E RECOLHIMENTO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS PERMANENTES

Art. 53. A destinação dos recursos arrecadados na exploração dos jogos de Loto Permanente observará o disposto neste artigo.

§ 1º No caso de Loterias Permanentes, nas quais a receita líquida é considerada como sendo o valor apurado com a venda de cartelas deduzidas do valor destinado à premiação:

I - LOTERIA SOCIAL - DF: as Administradoras de Loteria Permanente recolherão mensalmente à Loteria Social do DF 10% (dez por cento) da arrecadação líquida mensal aferida na exploração da Loteria Permanente;

II - FISCALIZAÇÃO - DF: as administradoras de Loteria Permanente recolherão mensalmente uma taxa de R\$ 10,00 (dez reais) por poltrona, destinada ao apostador, em favor da Fiscalização do Distrito Federal.

§ 2º - Os valores mínimos devidos mensalmente na hipótese deste artigo são de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 54. Nas Loterias Permanentes deverá ser garantido que, pelo menos, 70% (setenta por cento) do montante arrecadado seja devolvido aos participantes na forma de premiação.

Art. 55. A LOTERIA SOCIAL - DF fiscalizará as entidades desportivas, as empresas ou organizações administradoras de Loteria Permanente no âmbito do Distrito Federal, visando inibir a ocorrência de prática ilícita e a exaustão na exploração econômica da atividade.

Art. 56. Para efeito de pagamento de quaisquer impostos devidos, esses incidirão sobre a receita líquida mensal.

Art. 57. Para efeito de pagamento de Imposto sobre Serviços, incidirá a alíquota de 10% (dez por cento) sobre o total da receita mensal líquida das vendas de cartelas deduzida a premiação estabelecida pelo inciso IV do art. 27 do Decreto nº 16.128, de 4 de dezembro de 1994.

#### DESTINAÇÃO E RECOLHIMENTO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS ELETRÔNICAS

Art. 58. LOTERIA SOCIAL: caberá às Loterias Eletrônicas o recolhimento de taxa no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) mensais por terminal eletrônico individual em funcionamento, em favor da Loteria Social do Distrito Federal.

Art. 59. FISCALIZAÇÃO: as Loterias Eletrônicas recolherão mensalmente taxa no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por terminal eletrônico em funcionamento, em favor da Fiscalização do Distrito Federal.

Art. 60. Os valores mensais, devidos por terminal eletrônico individual em funcionamento

nas Loterias Eletrônicas, destinados à LOTERIA SOCIAL - DF, deverão ser pagos até o 10º (décimo) dia útil subsequente de cada mês vencido.

**Parágrafo único.** Os valores mínimos devidos mensalmente na hipótese deste artigo são de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61. Os operadores de terminais eletrônicos individuais de Loteria Eletrônica e as empresas Administradoras de Loteria Permanente deverão adequar-se a esta Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir de sua publicação.

**Parágrafo único.** A LOTERIA SOCIAL - DF, a qualquer tempo, poderá proceder à perícia e à fiscalização, visando a verificar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos na presente Lei.

Art. 62. Toda movimentação financeira da Loteria Social do Distrito Federal deverá ser realizada exclusivamente no Banco de Brasília S.A. - BRB, agente financeiro oficial do Distrito Federal.

Art. 63. As peças publicitárias da Loteria Social do Distrito Federal terão, de forma legível, o alerta: "ATENÇÃO: NÃO COLOQUE EM JOGO AS PRIORIDADES DE SUA FAMÍLIA".

Art. 64. As modalidades da Loteria Social do Distrito Federal poderão ser exploradas por terceiros, os quais deverão estar devidamente credenciados, desde que cumpram o disposto na presente Lei, bem como as normas expedidas pela Loteria Social do Distrito Federal ou, em caso de necessidade, de instauração do processo licitatório, sendo que, neste caso, o(s) ganhador(es) deverá(ão) cumprir rigorosamente o exigido no edital.

Art. 65. Caberá ao Conselho de Administração da Loteria Social do Distrito Federal, por meio de sua Secretaria Executiva, quando se fizer necessária, a elaboração do edital de licitação pública de acordo com a legislação vigente e as condições básicas que assegurem a lisura do certame.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 66. O agente credenciado ou registrado da empresa Administradora ou empresa Operadora que venha a explorar ou operar Loteria Permanente e Loteria Eletrônica sem autorização da LOTERIA SOCIAL - DF, descumprindo os critérios anteriormente referidos nesta Lei, terá seu credenciamento ou registro cancelado, sem prejuízo das responsabilidades cíveis e criminais cabíveis.

Art. 67. A LOTERIA SOCIAL - DF poderá, a qualquer momento, realizar pesquisa cadastral ou de registro sobre o agente credenciado ou registrado, sejam eles: empresa administradora, Loteria Permanente ou operadora de terminais eletrônicos individuais de Loteria Eletrônica, de modo a verificar o atendimento dos requisitos exigidos nesta Lei.

Art. 68. É vedada a entrada nas salas onde se processam as jogadas de Loteria Permanente e Loteria Eletrônica de:

I - menores de 18 (dezoito) anos;

II - pessoas que se encontrem em estado de

embriaguez ou sob efeito de quaisquer outras substâncias e que manifestem indícios de que poderão perturbar o bom funcionamento da atividade;

III - pessoas armadas ou de posse de objetos que se possam utilizar como tal;

IV - Os fiscais devidamente credenciados da LOTERIA SOCIAL - DF terão livre acesso às salas de jogos onde se processam as Loterias Permanentes e Loterias Eletrônicas, em qualquer oportunidade, inclusive durante a realização dos sorteios.

Art. 69. A LOTERIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL fornecerá, a título precário, por 180 (cento e oitenta) dias, o certificado de funcionamento às casas de Loterias Permanentes, que se encontrarem em funcionamento por ocasião da publicação desta Lei.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas e quaisquer disposições em contrário, principalmente a Lei nº 1.176, de 16 de julho de 1.996, e o Decreto nº 17.797, de 31 de outubro de 1996.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2002.

PROJETO DE LEI Nº 3.168, DE 2002

#### REDAÇÃO FINAL

**Destina área para  
implantação de programa  
habitacional para os  
servidores públicos dos  
Poderes do Distrito  
Federal e da União.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º A área localizada entre a DF-065, a DF-003 e a DF-001 fica destinada à implantação de programa habitacional para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente dos Poderes do Distrito Federal e da União.

Art. 2º A área a que se refere esta Lei será destinada à edificação de unidades habitacionais unifamiliares e coletivas.

Art. 3º Os critérios para seleção e distribuição das unidades habitacionais de que trata esta Lei serão definidos, mediante Decreto, pelo Poder Executivo do Distrito Federal, com a participação das entidades representativas dos servidores públicos dos Poderes do Distrito Federal e da União.

Art. 4º O programa habitacional de que trata esta Lei é declarado de interesse social, para fins de aplicação do disposto no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 1.736, de 27 de outubro de 1997.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2002.

## PROJETO DE LEI Nº 3.209, DE 2002

## REDAÇÃO FINAL

**Dispõe sobre benefício a servidores, na forma que especifica.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos atuais empregados ativos da Companhia Energética de Brasília - CEB, já aposentados pelo INSS, beneficiar-se dos planos de desligamento da Empresa, obedecida a sua disponibilidade financeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2002.

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.913, DE 2002

## REDAÇÃO FINAL

**Revoga o art. 78 da Lei Complementar nº 017, de 28 de janeiro de 1997.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 78 da Lei Complementar nº 017, de 28 de janeiro de 1997.

Art. 2º Até a aprovação do Plano Diretor Local, não serão permitidos o aumento de potencial construtivo e a alteração de uso.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2002.

**Mesa Diretora****Ato da Mesa Diretora****ATO DA MESA DIRETORA Nº 102, DE 2002.**

*Dispõe sobre o recesso de fim de ano de 2002 dos servidores, solenidades de posse e das outras providências.*

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal no uso de suas atribuições regimentais, especialmente a contida nos artigos 5º, 39, 124 e 243 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder o recesso aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, alternadamente, nos seguintes períodos, sem prejuízo do disposto no art. 2º:

- I - de 23 a 27 de dezembro de 2002;  
II - de 30 de dezembro de 2002 a 3 de janeiro de 2003.

§ 1º É vedada a concessão do recesso fora dos períodos citados no caput.

§ 2º As chefias imediatas elaborarão as escalas de usufruto do recesso encaminhando-as à DRH, impreterivelmente, até o dia 20 de dezembro de 2002, observando a continuidade dos serviços de natureza essencial.

Art. 2º As unidades administrativas, no dia 1º de janeiro de 2003, funcionarão a partir das 8h e 30 min., para a execução dos serviços essenciais às solenidades de posse dos Deputados Distritais, do Governador e da Vice-Governadora, bem como para a eleição da Mesa Diretora, nos termos dos arts. 5º, I, e 124 do Regimento Interno.

**Parágrafo único** Os dirigentes das unidades administrativas convocarão os servidores que deverão trabalhar nesse dia, na forma estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 15, de 2001.

Art. 3º O expediente da Câmara Legislativa durante o período de recesso e durante o mês de janeiro de 2003, excetuado o dia 1º, obedecerá ao horário de 12h às 18h.

**Parágrafo único.** Os membros da Mesa Diretora, nas suas áreas de supervisão e os Deputados Distritais, em seus gabinetes parlamentares, poderão definir horários adicionais de funcionamento interno de interesse e conveniência das unidades supervisionadas.

Art. 4º No caso de convocação extraordinária da Câmara Legislativa, vigorarão os horários habituais de expediente, durante o período de realização da sessão extraordinária.

Art. 5º Fica estabelecido ponto facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro de 2002.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, em 16 de DEZEMBRO de 2002.

Deputado **GIN ARGELLO**  
Presidente

Deputado **EDUARDO PIRENEUS**  
Vice-Presidente

Deputado **CARLOS XAVIER**  
Segundo Secretário

Deputada **MANA JOSÉ MANINHA**  
Primeira Secretária

Deputado **JOÃO DE DEUS**  
Terceiro Secretário

**Atos Administrativos****ATO DO PRESIDENTE Nº 647, de 2002.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do art. 38 da Lei 8.112/90,

**RESOLVE:**

1 - DISPENSAR **JOSÉ EXPEDITO RODRIGUES FERREIRA**, matrícula nº 12.000-83, dos encargos de substituto eventual do Diretor, CNE, da Diretoria de Recursos Humanos, no período de 20.12.2002 a 22.01.2003.

2 - DESIGNAR **DOMINIQUE DOROTHÉE LOUISE GOFFEAU**, matrícula nº 11.455-47, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, categoria Técnico de Administração, para substituir o Diretor, CNE, da Diretoria de Recursos Humanos, no período de 20.12.2002 a 22.01.2003, nas ausências e impedimentos legais do titular.

Brasília, 16 de dezembro de 2002.

Deputado **GIN ARGELLO**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 648, DE 2002.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

**RESOLVE:**

1. EXONERAR **JULIANA VALENTIM DE MORAES SILVA**, matrícula nº 14.571-30, do cargo em comissão "Cargo Especial de Gabinete", nível CL-01, da Liderança do Partido dos Trabalhadores. (Amparo na Resolução nº 125/97 - (SV) - Processo nº 001.02534/2000 - CLDF).

2. EXONERAR **EDUARDO FELIPE DAHER**, matrícula nº 13.757-21, do cargo em comissão "Cargo Especial de Gabinete", nível CL-02, da Liderança do Partido dos Trabalhadores, bem como **NOMEÁ-LO** para exercer o cargo em comissão "Cargo Especial de Gabinete", CL-08, na referida liderança. (Amparo na Resolução nº 125/97 - (REQ) - Processo nº 001.03166/1998 - CLDF).

Brasília, 16 de dezembro de 2002.

Deputado **GIN ARGELLO**  
Presidente

## Decisões TJDFT

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**Órgão** : Conselho Especial  
**Classe** : MSG - Mandado de Segurança  
**Num. Processo** : 2001002004032-6  
**Impetrantes** : ANA TERESA LIMA CAVAINAC E/OS  
**Informante** : PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF  
**Relator** : Des. P. A. ROSA DE FARIAS  
**Julgamento** : 2002002001900-9, 2002002002934-5, 2001002004040-7  
**Simultâneo**

**Órgão** : Conselho Especial  
**Classe** : MSG - Mandado de Segurança  
**Num. Processo** : 2001002004040-7  
**Impetrantes** : ANA BEATRIZ DE C. CARVALHO LACERDA E/OS  
**Informante** : PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF  
**Relator** : Des. P. A. ROSA DE FARIAS  
**Julgamento** : 2002002001900-9, 2002002002934-5, 2001002004032-6  
**Simultâneo**

## EMENTA

CONSTITUCIONAL - PROCESSO CIVIL - ADMINISTRATIVO: MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO - SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF - NÃO COMPROVAÇÃO DA VENDA DE 1/3 DAS FÉRIAS - ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS - INCIDÊNCIA - IMPOSTO DE RENDA - PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - AUSÊNCIA - CARÊNCIA DE AÇÃO.

*Os impetrantes não comprovaram a venda de 1/3 (um terço) das férias e conforme comprovam os documentos, apresentados pela autoridade coatora, os impetrantes nos últimos cinco anos, nunca venderam 10 ( dez ) dias de suas férias, eis que o Ato nº 067/2000 da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do DF, vedou a conversão das férias em pecúnia para os servidores daquela Casa.*

*A prova documental é indispensável ao exercício da ação mandamental, de modo a evidenciar de forma inquestionável o direito líquido e certo dos Impets.*

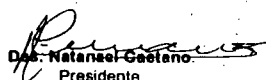
*Na sua falta não há como conhecer-se do mandamus já que a mesma é condição específica para o seu exercício.*


*Carência do direito de ação.*

## Acórdão

Acordam os Desembargadores do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Des. PEDRO AURELIO ROSA DE FARIAS - Relator, Des. ESTEVAM MAIA - Vogal, Des. EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA - Vogal, Des. ROMÃO C. DE OLIVEIRA - Vogal, Des. DÁCIO VIEIRA - Vogal, Des. GETÚLIO PINHEIRO - Vogal, Des. APARECIDA FERNANDES - Vogal, Des. WELLINGTON MEDEIROS - Vogal, Des. HERMENEGILDO GONÇALVES - Vogal, Des. JERÔNIMO DE SOUZA - Vogal, Des. VASQUEZ CRUXÊN - Vogal, Des. OTÁVIO AUGUSTO - Vogal, sob a Presidência do Desembargador NATANAEL CAETANO, em JULGAR OS AUTORES CARECEDORES DE AÇÃO, À UNANIMIDADE, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 01 de outubro de 2002.

  
Des. Natanael Caetano  
Presidente

  
Des. Pedro Aurélio Rosa de Farias  
Relator

## EMENTA

CONSTITUCIONAL - PROCESSO CIVIL - ADMINISTRATIVO: MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO - SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF - NÃO COMPROVAÇÃO DA VENDA DE 1/3 DAS FÉRIAS - ADICIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS - INCIDÊNCIA - IMPOSTO DE RENDA - PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - AUSÊNCIA - CARÊNCIA DE AÇÃO.

*Os impetrantes não comprovaram a venda de 1/3 (um terço) das férias e conforme comprovam os documentos, apresentados pela autoridade coatora, os impetrantes nos últimos cinco anos, nunca venderam 10 ( dez ) dias de suas férias, eis que o Ato nº 067/2000 da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do DF, vedou a conversão das férias em pecúnia para os servidores daquela Casa.*

*A prova documental é indispensável ao exercício da ação mandamental, de modo a evidenciar de forma inquestionável o direito líquido e certo dos Impets.*

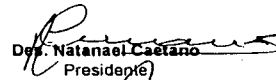
*Na sua falta não há como conhecer-se do mandamus já que a mesma é condição específica para o seu exercício.*

*Carência do direito de ação.*

## Acórdão

Acordam os Desembargadores do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Des. PEDRO AURELIO ROSA DE FARIAS - Relator, Des. ESTEVAM MAIA - Vogal, Des. EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA - Vogal, Des. ROMÃO C. DE OLIVEIRA - Vogal, Des. DÁCIO VIEIRA - Vogal, Des. GETÚLIO PINHEIRO - Vogal, Des. APARECIDA FERNANDES - Vogal, Des. WELLINGTON MEDEIROS - Vogal, Des. HERMENEGILDO GONÇALVES - Vogal, Des. JERÔNIMO DE SOUZA - Vogal, Des. VASQUEZ CRUXÊN - Vogal, Des. OTÁVIO AUGUSTO - Vogal, sob a Presidência do Desembargador NATANAEL CAETANO, em JULGAR OS AUTORES CARECEDORES DE AÇÃO, À UNANIMIDADE, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 01 de outubro de 2002.

  
Des. Natanael Caetano  
Presidente

  
Des. Pedro Aurélio Rosa de Farias  
Relator

## CONSELHO ESPECIAL

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2001 00 2 003135-0**


Impetrante: TACIANO LEMOS DE CARVALHO

Informante: PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TJDFT / SEJU / SEREST

DATA: 04/12/2002

REGISTRO Nº.: 166.096

RUBRICA: 

**EMENTA** - DIREITO ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - OMISSÃO QUANTO AO RECONHECIMENTO E PAGAMENTO RELATIVOS AO ADICIONAL PELO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO ÀS FORÇAS ARMADAS - INTELIGÊNCIA DO ART. 100 DA LEI Nº 8.112/90 - SEGURANÇA CONCEDIDA, A PARTIR DA LESÃO.

I - A Lei nº 197/91, ao dispor, no seu art. 5º, que aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal seriam aplicadas as disposições da Lei Federal nº 8.112/90, até a aprovação do regime próprio, não impôs qualquer restrição relevante ao Texto legal que adotava, e, certamente, não se pode emprestar à expressão "no que couber", à interpretação extensiva pretendida pela Autoridade coatora.

II - O simples entendimento de que a Resolução no 139/97, que, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, regulava a matéria da contagem do tempo de serviço dos servidores daquela Casa, não poderia permanecer legitimamente no ordenamento jurídico do Distrito Federal, não tem o condão de desautorizar a concessão de vantagens legalmente concedidas pela Lei que efetivamente rege a matéria.

III - Não pode ser negado ao servidor o adicional por tempo de serviço deferido em decorrência do serviço público prestado às Forças Armadas sem que incorra a Administração em grave ofensa à regra cogente do art. 100 da Lei no 8.112/90, mormente diante do destaque que lhe atribuiu o legislador em face dos demais serviços prestados à União.

IV - Se a Lei prevê e autoriza o deferimento da contagem do tempo de serviço prestado às Forças Armadas, para todos os efeitos, somente ela poderá rever e modificar o que expressamente criou, e, ainda assim, respeitados, obviamente, os direitos adquiridos, não sendo possível à Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em ato administrativo de hierarquia inferior, como é exemplo uma resolução, modificar tal realidade.

V - Não se deve emprestar interpretação restritiva ao comando da Lei nº 8.112/90, fazendo odiosa discriminação, onde a lei não discrimina - *ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus* -, razão pela qual, no âmbito do Distrito Federal, há de continuar prevalecendo o parâmetro legalmente estabelecido.

VI - Ordem de segurança concedida, a partir da lesão.

**ACÓRDÃO**

ACORDAM os Senhores Desembargadores do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (VALTER XAVIER - Relator, VASQUEZ CRUXÊN, OTÁVIO AUGUSTO, P. A. ROSA DE FARIAS, ESTEVAM MAIA, EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA, ROMÃO C. DE OLIVEIRA, DÁCIO VIEIRA, EVERARDS MOTA E MATOS, GETULIO PINHEIRO, APARECIDA FERNANDES, EDSON ALFREDO SMANIOTTO e WELLINGTON MEDEIROS), sob a presidência do Desembargador Natanael Caetano, em conceder a segurança com efeitos financeiros eventuais a partir da lesão, por maioria de votos, na conformidade com o que consta da ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília/DF, 11 de junho de 2002.

  
Desembargador NATANAEL CAETANO  
Presidente

  
Desembargador VASQUEZ CRUXÊN  
Relator Designado

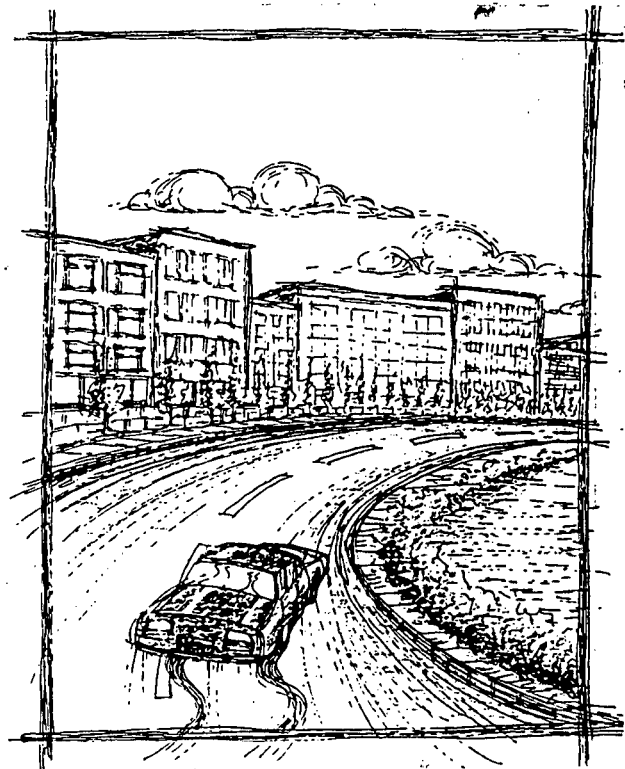
**Extrato de Contrato**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 001-01374/2002 - Contrato: nº 016/2002; Do Contrato firmado entre: a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF (CONTRATANTE) e a Empresa PHILIPS DO BRASIL LTDA. (CONTRATADA); Objeto: Prestação de serviços de manutenção corretiva da central telefônica da CLDF. Vigência: 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato no diário Oficial do Distrito Federal. Recursos: 2002NE00567 no valor de R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais). Valor do Contrato: R\$ 74.880,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais). Legislação: Lei 8.666/93 e alterações; Partes: pela CONTRATANTE: Deputado JORGE AFONSO ARGELLO - Presidente e GERALDO MARTINS FERREIRA - Procurador-Geral e pela CONTRATADA: HENRIQUE JOSÉ RIBEIRO ALVES - Gerente de vendas. Testemunhas: Isélia Soares Barbosa e Darci Alves Cruz.

# A Saideira



Quem bebe e dirige  
arrisca a vida de  
quem não tem nada  
com isso, de quem o  
acompanha e a própria.

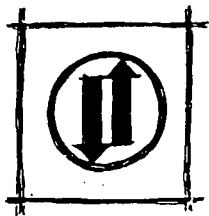


PARE  
PENSE  
FIQUE VIVO

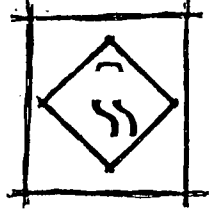


**CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL**  
Trabalhando Por Você.

# Se você não conhece estes símbolos,



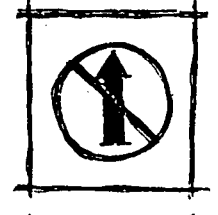
Via de mão  
dupla



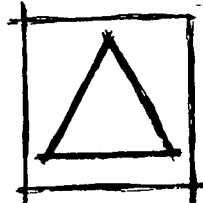
Pista  
escorregadia



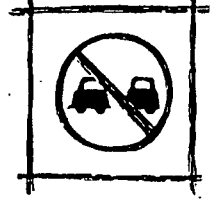
Pista  
sinuosa



Sentido  
proibido

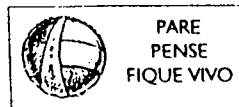


Via não  
preferencial



Proibido  
ultrapassar

**mau  
sinal**



## ATUALIDADES DO ACERVO DA BIBLIOTECA

Democratizar o acesso à informação é torná-la disponível aos seus usuários, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento das atividades deles.

É com esse objetivo que a Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal oferece mensalmente aos servidores o boletim

*BIBLOS* – atualidades do acervo da biblioteca, divulgando as novas aquisições de livros e revistas.

**“Ler é descobrir novos caminhos”**

Setor de Pesquisa e Recuperação da Informação  
Setor de Documentação Legislativa (Biblioteca)

Ramais: 8430/8432 Fax: 8431